OS ESTADOS NACIONAIS E SUA CONDUTA FRENTE AO PROCESSO GLOBALIZATÓRIO

Ana Beatriz Borges Ramos Duarte¹⁴

Resumo: Não há uma única definição para o Estado Nacional. Autores das Ciências Sociais têm, ao longo do tempo, atribuído diversos conceitos à Nação, de maneira que há diferentes abordagens da mesma, de acordo com as diferentes metodologias utilizadas. Uma questão comum que geralmente perpassa os estudos sobre nação é a questão da globalização e da maneira como ela ameaça ou não a existência dos estados nacionais. Alguns autores das Ciências Sociais debruçaram-se sobre o tema, a partir de diversos pontos de vista. Dessa forma, é possível perceber que há abordagens que tendem a seguir vieses mais antropológicos, sociológicos e/ou políticos na conceituação do Estado Nacional, e na relação que este mantém com o contexto contemporâneo de globalização. Este trabalho pretende discorrer resumidamente sobre três principais abordagens do tema, seguindo os pensamentos de três principais autores: Habermas, Maybury-Lewis e Michael Mann. A escolha dos três autores se deu justamente pela contribuição que fazem a partir dos diferentes vieses: político, antropológico e sociológico, respectivamente – não deixando de considerar que os autores não estão presos necessariamente a essas classificações.

Palavras-chave: Estado Nacional; Globalização.

INTRODUÇÃO

Não há uma única definição para o Estado Nacional. Autores das Ciências Sociais têm, ao longo do tempo, atribuído diversos conceitos à Nação, de maneira que há diferentes abordagens da mesma, de acordo com as diferentes metodologias utilizadas. Uma questão comum que geralmente perpassa os estudos sobre Nação é a questão da globalização e da maneira como ela ameaça ou não a existência dos Estados Nacionais. Alguns autores das Ciências Sociais debruçaram-se sobre o tema, a partir de diversos pontos de vista. Dessa forma, é possível perceber que há abordagens que tendem a seguir vieses mais antropológicos, sociológicos e/ou políticos na conceituação do Estado Nacional, e na relação que este mantém com o contexto contemporâneo de globalização.

Este trabalho pretende discorrer resumidamente sobre três principais abordagens do tema, seguindo os pensamentos de três principais autores: Habermas, Maybury-Lewis e Michael Mann. A escolha dos três autores se deu

¹⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ – PPGCS. Graduada em Ciências Econômicas pela UFRRJ.

justamente pela contribuição que fazem a partir dos diferentes vieses: político, antropológico e sociológico, respectivamente – não deixando de considerar que os autores não estão presos necessariamente a essas classificações.

Os três mantêm certa semelhança no que diz respeito à teoria comum de que a globalização – ao contrário do que se apregoou por um tempo, inclusive no meio acadêmico – não constitui ameaça ao desenvolvimento dos Estados Nacionais, embora cada um siga uma linha argumentativa diferente para defender tal ideia.

As principais diferenças entre eles, além dos vieses já mencionados, são justamente os argumentos utilizados. Habermas e Mann se aproximam mais ao considerar que a globalização ameaça tão somente o poder regulatório do Estado sobre a economia. A diferença principal entre eles está no fato de que Habermas defende a manutenção do poder político dos Estados Nacionais via regimes supranacionais, como a Comunidade Europeia. Maybury-Lewis entra na discussão trazendo um olhar muito interessante a respeito do papel da etnicidade na construção dos Estados Nacionais frente ao processo globalizatório, via plurietnicidade.

HABERMAS – A IDEIA DE NAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

Habermas (2000) compreende que o mundo é formado por Estados Nacionais. Estes, surgiram a partir das revoluções Americana e Francesa, substituindo as Cidades-Estado e os Impérios. Talvez por sua origem alemã, irá conceituar a Nação a partir de uma visão bastante peculiar. Inclusive, é possível perceber várias particularidades do caso alemão em sua definição de nação, que serão abordadas adiante. Primeiramente, irá tratar das características do Estado Nacional enquanto aparelho administrativo, e depois, da conceituação do termo Nação enquanto herança cultural, para assim, produzir algumas conclusões a respeito do Estado Nação.

Segundo Habermas (2000), o Estado na tradição alemã é definido basicamente por três características: soberania interna e externa, território delimitado, e totalidade dos cidadãos. Além disso, todo Estado Nacional possui algo que o caracteriza como tal, que é “o aparelho administrativo legalmente constituído e altamente diferenciado que monopoliza os meios legítimos da violência e obedece uma divisão do trabalho com uma sociedade de mercado livre” (HABERMAS, 2000,

p. 297).

Para o autor, portanto, existe uma relação fundamental na base da formação de qualquer Estado que é justamente a relação entre Economia e Política: nos Estados Nacionais política e economia caminham juntas; dependem uma da outra. Chama essa relação de “combinação de burocracia e capitalismo que garante a modernização”. (HABERMAS, 2000, P. 298).

Em se tratando do termo Nação, Habermas (2000) sugere que, no geral, Nação diz respeito a uma comunidade moldada pela descendência, cultura e história comuns. Desmembra essa definição em três classificações de tempo, a saber, os períodos Romano, Germânico e Democrático. A Nação para os romanos – ideal que impera da Idade Média ao início da Idade Moderna – é a comunidade de ascendência comum, localização, língua, costumes e tradições comuns, porém, ainda não integradas na forma política do Estado. No antigo império germânico – quando já havia a presença do Estado – a Nação surge como um termo de conotação política, baseado no contrato, onde era representada pela Aristocracia perante a Corte; porém, nesse período a massa da população ainda não participava do poder político. No último período a “Nação da nobreza” é transformada na “Nação do povo” através da democratização, culminando na criação de estereótipos que rechaçavam o estrangeiro.

Os Estados Nacionais clássicos evoluíram dentro de Estados territoriais existentes, ao passo que os Estados mais recentes se formaram a partir de línguas, culturas e histórias comuns. Os regimes democráticos revelaram-se mais estáveis nos Estados Nacionais clássicos, uma vez que a identidade nacional se desenvolveu paralelamente às lutas revolucionárias pelas liberdades civis.

Vemos então que a proposta do autor é trabalhar os termos Estado e Nação de maneira unificada, pois, segundo sua linha de argumentação, os Estados Nacionais são nada mais, nada menos que a unificação dos conceitos de Estado e Nação. Logo, irá dedicar-se a responder quais foram as motivações da incorporação da ideia de nação ao Estado – pré-existente. Seu principal argumento é de que o Estado moderno ganhou, com a ideia de nação, a criação de um vínculo entre as pessoas, capaz de desenvolver a mobilização política dos cidadãos (ideia de homogeneidade).

Dessa forma, a ideia de Nação foi primordial para que o Estado se legitimasse enquanto autoridade política, através de outros meios que não o da

religião. Isso só foi possível através da secularização do Estado. Além disso, essa forma mais abstrata de integração social se une a um padrão diferente de processo político, onde o súdito passa a ser cidadão. Essa mudança é essencial para o desenvolvimento da participação política através da democratização, onde o cidadão encontra-se investido de poder e contribui ativamente para a manutenção de sua comunidade.

Habermas (2000) dá grande relevância à questão da democratização do Estado, via incorporação da ideia de Nação, e sobre ela discorre dizendo que a passagem da “soberania da realeza” para a “soberania popular” torna os direitos paternalistas em direitos humanos e civis. A partir de então, o Estado é constitucional e a ordem política é estabelecida pela vontade do povo, onde os destinatários da lei são, ao mesmo tempo, seus autores.

Para Habermas (2000), foi justamente a ideia de Nação que impulsionou uma mobilização política capaz de introduzir as noções de república e cidadania, proporcionando ao mesmo tempo um status legal e cultural. Ou seja, a ideia de Nação foi responsável direta pela conquista dos direitos civis e de uma comunidade culturalmente definida (status legal e cultural, respectivamente). Defende que a consciência nacional é um artifício em que a nação é uma entidade imaginada que “não requer outra justificativa senão sua simples existência” (HABERMAS, 2000, p. 304). Ou seja, é essa noção de pertencimento que produz as fronteiras do Estado. Assim, a Nação é uma ideia naturalizada capaz de fixar e fortalecer simbolicamente a integridade territorial e social do Estado Nacional. Logo, o Estado Nacional não só proporcionou a legitimação democrática como também criou um novo nível de integração social.

Para Habermas (2000), a contemporaneidade traz um desafio para os Estados liberais: manter unidas suas sociedades complexas/multiculturais. Isso só será possível se a cidadania democrática “valer a pena” em termos de direitos sociais e culturais. Significa dizer que as sociedades complexas apenas se manterão unidas caso encontrem na figura do Estado Nacional políticas de Assistência eficazes e o reconhecimento entre as diferentes formas de vida. Por esse motivo, segundo o autor, surge o Estado do Bem-Estar Social após a Segunda Grande Guerra na Europa, que é caracterizado por políticas de igualdade de oportunidades (Educação, direito, etc.), implementação dos direitos fundamentais, e autonomia privada dos cidadãos (autonomia civil).

Apesar de reconhecer que a globalização tem ameaçado o poder econômico dos Estados Nacionais - através da liberalização da economia – e apesar de reconhecer que a manutenção do Estado do Bem-Estar Social se dá via poder econômico enquanto atribuição do Estado, Habermas (2000) não teme a descaracterização do Estado Nacional na contemporaneidade. Para ele, o controle econômico pelo governo não é característica fundamental para o Estado, e sim o controle político.

Como visão estratégica para o futuro, Habermas (2000) sugere que a manutenção do poder político seja feita via regimes supranacionais, como a União Europeia, pois reconhece que os Estados Nacionais já não serão capazes de manter a cidadania democrática num futuro próximo. Logo, seria necessário desenvolver outras possibilidades políticas acima ou entre os Estados Nacionais.

MAYBURY-LEWIS – O PAPEL DA ETNICIDADE

Segundo Maybury-Lewis (2003) os Estados-Nação são um fenômeno novo e, em sua avaliação, mesmo com o contexto próprio da contemporaneidade e suas ameaças à homogeneidade das nações, eles resistem a esses efeitos globalizatórios. A fim de expor sua conceituação dos Estados-Nação, o autor trabalha com um breve histórico do desenvolvimento dos Estados a partir do Absolutismo, no século XVII, tomando como base teórica o pensamento Hobbesiano, segundo o qual o governante é o mediador entre os homens e entre o homem e Deus, a fim de evitar a guerra constante de todos contra todos (base teórica do contrato social). Ainda em relação ao Estado Absolutista utiliza-se também de Rousseau, segundo o qual, o governo do Estado Moderno só é legítimo se reflete a vontade generalizada dos governados.

Saindo do Absolutismo, o autor segue sua linha de argumentação fazendo certa comparação entre os filósofos do estado revolucionário e os filósofos do estado representante do espírito do povo. A principal diferença entre eles seria a seguinte: Os primeiros não se preocupam com a falta de homogeneidade da população, enquanto os últimos preocupam-se em encontrar um Estado que una as várias etnias de um mesmo povo, promovendo a florescência do “espírito do povo” (cita como exemplificação o caso dos alemães). Em outras palavras, a diferença entre os dois se fundamenta no papel da etnicidade. No estado modernizante vários

grupos étnicos representavam a necessidade de vários pequenos estados, o que constituía uma ameaça ao estado unificado. Logo, “o destino de povos pequenos era ser absorvido pelos estados maiores”. (LEWIS, 2003, P. 12)

Percebe-se, porém, com o passar do tempo, que os ideais iluministas acerca do Estado moderno, que suprimiam e rejeitavam a multiplicidade étnica dentro do Estados, não se realizaram e encontraram forte resistência de diferentes grupos étnicos ao longo do século XX, dando origem, inclusive, à primeira grande guerra.

Ao considerar um panorama mais próximo da atualidade, Maybury-Lewis (2003) observa que há a tendência do que chama de “limpeza étnica”, ou seja, uma tendência ao repúdio de quaisquer resistências de minorias étnicas. Segundo ele, isso se tornou uma espécie de “política do bem comum”, uma vez que alguns estudiosos repudiaram a resistência de grupos étnicos temendo o retorno à condição pré-absolutista, de guerra generalizada entre as diferentes etnias (tribalismo). O autor deixa claro que seu posicionamento em relação a isso é de total discordância devido à sua conceituação de etnicidade. Para o autor, etnicidade seria, em si, algo que gera negociação, ou em suas próprias palavras, “uma relação negociada entre um grupo e outros e entre estes grupos e o Estado”. (LEWIS, 2003, P. 14)

Portanto, é perceptível que, para o autor, etnicidade trata-se de uma construção, e não de uma condição pré-existente. Ela pode ser manipulada – suprimida ou insuflada – pelos políticos de acordo com seus interesses. O preferível, segundo Maybury-Lewis (2003), seria “acomodá-la” (promover uma coexistência saudável de diferentes etnicidades), o que só é possível em estados pluriétnicos/pluriculturalistas. Em outras palavras, defende a existência de um Estado pluriétnico, cuja “acomodação” da etnicidade promova a paz social.

Ao discorrer sobre tal argumentação, utiliza-se do exemplo dos estados americanos, os quais, após um longo período de tentativas de suprimir culturas indígenas, renderam-se finalmente a plurietnicidade. Porém, não desconsidera a possibilidade de que se trate de um esquema político que acaba por “conceder uma soberania limitada aos índios sem reconhecê-la formalmente”. (LEWIS, 2003, P. 16). Ou seja, dá grande importância ao fato de que não basta reconhecer a existência de minorias étnicas, mas sim, de incorporá-las à comunidade do Estado-Nação.

A respeito dessa questão, cita ainda o que chama de “dilema da educação norte-americana”, a fim de expor as dificuldades que existiram durante o processo em direção à atual condição de plurietnicidade dos Estados Unidos. Trata-se da

constatação do fato de que os contrários ao pluriculturalismo argumentavam que os pluriculturalistas tinham a intenção de falsificar a história, oferecendo melhores imagens para as minorias étnicas. Nos anos 1960 e 1970, porém, a nação norte-americana percebeu, na visão do autor, que era possível reproduzir a história dos Estados Unidos de uma maneira mais inclusiva sem falsificar a história. Em relação a isso, Maybury-Lewis (2003) endossa, dizendo:

(..) o pluriculturalismo sério não implica na ausência de julgamentos. Ele pressupõe uma tolerância para culturas diversas e uma suspensão inicial de julgamento para com outras culturas, para poder entendê-las melhor e, finalmente, para poder fazer julgamentos melhores. O pluriculturalismo sério depende de um esforço tremendo para entender a diversidade cultural tanto do país no qual vivemos como no mundo em que vivemos. (LEWIS, 2003, P. 17).

Para Maybury-Lewis (2003), portanto, o conceito de Nação está fundamentalmente associado ao conceito de etnicidade, que, por sua vez, leva à questão da pluriethnicidade ou pluriculturalismo. Considera que o pluriculturalismo é algo inevitável que já vem alcançando todas as nações. Portanto, é primordial entender que o pluriculturalismo não se trata de conflitos étnicos permanentes baseados em estereótipos construídos politicamente, mas sim, uma negociação constante que ocorre dentro do Estado, absolutamente funcional. Não significa dizer que o Estado pluriculturalista não enfrenta conflitos, porém, ele será bem-sucedido quando conseguir “estabelecer um balanço (precário como todo balanço) entre direitos do indivíduo/direitos do grupo.” (LEWIS, 2003, P. 18).

MICHAEL MANN – FORMAÇÃO E ATRIBUIÇÕES POLÍTICAS DOS ESTADOS NACIONAIS

Para Mann (2000), a globalização não se constitui em uma ameaça aos Estados Nacionais, como é amplamente considerada. Sua argumentação se dá a partir da análise dos Estados da Europa Ocidental. Observa que há um aparente enfraquecimento desses Estados, mas defende que ele não se deve à globalização em si, e sim a motivos muito peculiares, considerando que em outras partes do mundo vários países afetados pela globalização não têm sofrido enfraquecimento de seus governos, tal como na Europa.

Pretende, então, analisar os Estados Europeus desde sua formação a fim de concluir o que levou ao recente e aparente enfraquecimento. Observa que, embora

tome-se como dado que os Estados Europeus são antigos em sua formação, em termos sociológicos é possível dizer que a soberania dos Estados Nacionais mais antigos se deu em tempos recentes, a partir de um processo que se iniciou mais especificamente no século XVIII, quando, de fato, os Estados passaram a influenciar diretamente na vida das pessoas. Isso se deu através do grande aumento – em comparação com épocas anteriores – de cobrança de impostos, convocações militares, e tentativas de mobilizações populares. Esses fatos levaram à uma manifestação generalizada das pessoas frente aos seus governos, o que contribuiu para o aumento da cidadania, tanto em termos políticos, como em termos sociais. Esse desenvolvimento da cidadania foi a alavanca principal, na visão de Mann (2000), para a formação dos Estados Europeus. Sobre isso o autor diz o seguinte:

A ampliação da cidadania política e o despontar da cidadania social ocuparam o início do século XX. Nasceram então, principalmente na Europa, os primeiros verdadeiros estados nacionais. Outros surgiram em época mais recente, sobretudo numa súbita grande onda que afetou todos os continentes depois de 1945. Até hoje, mesmo os mais velhos tiveram apenas uma longevidade humana normal; a maioria é mais jovem, e muitos ainda lutam por nascer (MANN, 2000, pg. 313).

Para Mann (2000), este foi apenas o início da intervenção Estatal na vida privada. Considera que a partir de então essa intervenção só cresceu na tentativa de estabelecer uma sociedade homogênea, e tende a crescer ainda mais, inclusive sob cobranças da própria sociedade. Reconhece que isso faz parte de um processo de amadurecimento do Estado, e defende, inclusive, que essa regulação cada vez maior do Estado em várias esferas da vida é um fator que mostra o fortalecimento – e não enfraquecimento – dos Estados.

A respeito da globalização, se apoiará no argumento de que a transnacionalidade não é um fenômeno próprio da contemporaneidade, e sim, um fenômeno antigo, de maneira que “a soberania nacional sempre foi minada pelo transnacionalismo do capital e da cultura” (MANN, 2000, P. 315). Não nega, contudo, que essa transnacionalidade aumentou e muito nos últimos anos, principalmente a partir de 1945, devido à transformação do capitalismo, que não mais permitiu o planejamento econômico dos Estados Nacionais. Inclusive, destaca que uma das particularidades ocorridas nos Estados da Europa Ocidental, fundamental para explicar o posterior enfraquecimento desses estados, foi justamente o fato de que os países da Europa Ocidental se tornaram

voluntariamente dependentes dos Estados Unidos após 1945, devido aos desdobramentos da guerra fria.

Segundo Mann (2000), essa nova configuração geopolítica da Europa foi responsável por impulsionar a cooperação mais estreita entre os países, o que deu origem à União Europeia. Observa que tem sido generalizado o pensamento de que, a partir dos anos 1980, a União Europeia passou a interferir diretamente sobre a soberania dos Estados Nacionais, de maneira que suas funções políticas passaram a se aproximar das funções políticas próprias de um Estado soberano. Além disso, também é generalizado o pensamento de que as funções políticas da União Europeia consolidaram-se ainda mais na década subsequente, via tratado de Maastricht (1991) - o mesmo proporcionou ampliação do controle da União Europeia sobre o direito, o mercado e a moeda.

Contudo, Mann (2000) defende que tal pensamento não condiz de fato com a realidade, considerando que tais áreas afetadas (direito e economia) não são áreas essenciais às atribuições políticas dos estados soberanos, de maneira que:

Ela (União Europeia) não entrou nas relações de classe ou nas relações entre outros grupos, como a regulamentação das relações trabalhistas, da ordem pública, da religião ou do Estado assistencialista, embora seja atuante nos aspectos em que a seguridade social e o mercado de trabalho se unem na política nacional de educação. Ela não regula questões morais, de família ou de relações entre os sexos, o que seria insuperavelmente gerador de dissidência, caso fosse tentado. (...) A CE não cultua realmente um sentido verdadeiro de identidade ou cidadania europeias. (...) A maioria das políticas nacionais diz respeito a impostos, política de renda, medidas assistenciais, questões morais e crises externas. Estes não são da alçada da CE. (...) Além disso, a CE não incorporou duas funções centrais para o Estado moderno, assim como para quase todos os outros estados de hoje. Como comentou um ministro belga durante a guerra do Golfo a CE é um gigante econômico, um anão político e um verme militar. Não existe uma defesa coletiva nem muito trabalho de política externa (MANN, 2000, pg. 320).

Ou seja, para Mann (2000), ainda que aparentemente a União Europeia seja uma suposta ameaça à soberania política dos estados nacionais, ela de fato não o é, uma vez que não interfere nas áreas essenciais das políticas nacionais, sendo majoritariamente responsável pela regulação econômica dos países participantes. E isso sana quaisquer dúvidas em relação ao futuro dos países da Europa Ocidental e da União Europeia. Para Mann (2000) é voto vencido: a Europa não está caminhando para se tornar um único grande Estado federativo. Cada Estado nacional continua sendo soberano na definição de seus próprios planejamentos

políticos e isso é o que garante sua autonomia frente à União Europeia, bem como ocorre com todos os outros estados soberanos ao redor do mundo, em relação aos órgãos transnacionais.

Sendo assim, vemos que ao longo do tempo os Estados têm sofrido certas mudanças no que diz respeito às suas atribuições políticas, e o fato de não serem mais Estados responsáveis apenas pela defesa do território através da guerra, não significa que sejam Estados menores, ou “menos” Estados. A transnacionalidade do capital e da cultura não ameaça a existência desses Estados que tem atribuições diversas e modificáveis de acordo com os contextos geopolíticos em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos que, apesar dos diferentes pontos de vista dos autores em relação aos Estados Nacionais e sua suposta “resistência” frente ao processo globalizatório, é um ponto comum que a globalização não constitui, de fato, uma ameaça ao desenvolvimento dos Estados Nacionais – ao contrário do que diz o senso comum, difusor da ideia de que a humanidade estaria caminhando em direção ao desenvolvimento de “uma grande aldeia global”.

Para Habermas (2000), por exemplo, a ideia de Nação é fator primordial para a legitimação do Estado enquanto autoridade política. O conceito de Nação se traduz em uma forma mais abstrata de integração social que se une a um padrão democratizante de processo político. Ele atribui, portanto, à Nação, a capacidade de impulsionar a mobilização política, proporcionando ao mesmo tempo um status legal e cultural. Ou seja, para Habermas, o ideal de Nação é responsável pela noção de pertencimento que produz as fronteiras do Estado. Portanto, a Nação, de acordo com essa concepção, é o que mantém o poder dos Estados livre da possível “descaracterização” advinda da contemporaneidade. Nesse contexto, regimes supranacionais surgem como alternativa para a manutenção do poder político e da cidadania democrática dos Estados Nacionais no futuro.

Para Maybury-Lewis (2003), a etnicidade é uma questão chave para pensar o Estado na contemporaneidade. Para o autor, as minorias étnicas não constituem ameaça aos Estados Unificados, e, portanto, não devem ser reprimidas. Entende a etnicidade como uma construção/negociação, que deve ser “acomodada”. Ou seja,

defende a promoção de uma coexistência saudável de diferentes etnicidades, o que só é possível em estados pluriétnicos/pluriculturalistas. Em outras palavras, segundo essa visão os Estados na contemporaneidade estão necessariamente presos a uma condição de pluriétnicidade para manterem-se unificados.

Para Mann (2000), a partir do século XVIII os Estados passam a interferir diretamente na vida privada das pessoas. Isso leva a um processo de aumento da cidadania em termos políticos e sociais, que se constitui na alavanca principal para a formação dos Estados Europeus. Esse fator é seguido por um processo de tentativas crescentes de homogeneização da sociedade por parte dos Estados Nacionais. O autor defende que a transnacionalidade não é um fenômeno próprio da contemporaneidade, mas não nega que ela aumentou muito nos últimos anos, principalmente a partir de 1945, devido à transformação do capitalismo. Portanto, de acordo com Mann (2000), a globalização não constitui ameaça aos Estados Nacionais. Em sua concepção, a Comunidade Europeia é fruto de uma cooperação mais estreita entre os países europeus, e não suprime a soberania política dos estados nacionais, uma vez que não interfere nas áreas essenciais das políticas nacionais, sendo majoritariamente responsável pela regulação econômica dos países participantes.

Em suma, podemos dizer, de acordo com as três visões apresentadas, que os regimes supranacionais, como a União Europeia, e a difusão de inúmeras minorias étnicas com o advento da globalização, têm, ao contrário do que geralmente se prega, contribuído para o fortalecimento dos Estados Nacionais, através 1) da atribuição do planejamento econômico a outros órgãos que não os estados nacionais, abrindo espaço para outros temas na agenda política dos mesmos e 2) do pluriculturalismo ou pluriétnicidade, que tem tornado possível a coexistência de diferentes grupos étnicos em um mesmo Estado sem a perda do pertencimento a uma mesma nação.

REFERÊNCIAS

HABERMAS, Jürgen. Realizações e limites do Estado nacional europeu. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 297-310.

MANN, Michael. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 311-334.

MAYBURY-LEWIS, David. Identidade étnica em estados pluriculturais. In: ZARUR, George e SCOTT, Parry (orgs). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003. p. 11-18.